



Número: **0800401-40.2020.8.18.0146**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Floriano Anexo I**

Última distribuição : **17/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 15.700,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCIVAN VIEIRA DE SA (AUTOR)		DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11963906	17/09/2020 11:33	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL FRANCIVAN</a>	Petição



17/09/2020

Número: **0800181-42.2020.8.18.0146**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Floriano Anexo I**

Última distribuição : **13/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 15.700,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCIVAN VIEIRA DE SA (AUTOR)		DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8840988	13/03/2020 22:06	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL FRANCIVAN</a>	Petição





DUARTE, CARVALHO, MARTINS,  
OLIVEIRA & PORTO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E  
CRIMINAL DE FLORIANO -PIAUÍ**

**FRANCIVAN VIEIRA DE SÁ**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do documento de identidade Registro Geral (RG) nº 56.957.826-7 SSP-PI, inscrito no cadastro de pessoas físicas (CPF) sob o nº 052.383.413-69, residente e domiciliado no Povoado Permissão, s/n, Zona Rural, na cidade de Nazaré do Piauí-PI, por seu advogado que esta subscreve (instrumento de mandato incluso) com escritório profissional localizado na Rua João Dantas, nº 200, bairro centro, na cidade de Floriano-PI, onde receberá notificações e intimações de estilo que o caso requer, com fulcro no art. 39, I, da Lei Adjetiva Civil, vem à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) C/C  
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o CNPJ Nº **09.248.608/0001-04**, com endereço na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar - centro, Rio de Janeiro- RJ, CEP. 20031-205, pelos fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

O peticionária requer que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.

**DOS FATOS**

O autor foi vítima de grave acidente de trânsito ocorrido em 16/07/2018, tendo sofrido sequelas de caráter irreversíveis.

Com isso Excelência, ciente do Seguro Obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº 6.194 de 19

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.828  
89 99974-9436  
fernandoporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Floriano-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 2



DUARTE, CARVALHO, MARTINS,  
OLIVEIRA & PORTO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

de dezembro de 1974, o requerente encaminhou o pedido administrativo, a fim de receber os valores definidos na aludida Lei Federal, qual seja o valor referente à sua lesão apontada nos exames de corpo de delito, uma vez que foi constatada sua invalidez na via administrativa, porém por burocracia da seguradora a mesma negou a indenização que tem por direito o segurado alegando o não pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, conforme documentação em anexo.

Acontece inclito magistrado, que a seguradora não efetuou o pagamento sob a alegação de que o mesmo encontrava-se inadimplente com o seguro obrigatório.

Tal prática em efeito para a Ré é claramente abusiva e ilegal, motivo este que se faz necessário à intervenção deste juízo para resolução da presente lide.

#### **DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

Como mencionado quando da qualificação da Requerida, esta é seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, sob o nº 06238, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o art.5º, §4º, da resolução nº 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

**Art. 5º Para operar seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1,2,9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.**

**§ 4º Os convênios de que trata o "caput" deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.**

A requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transição do artigo supra, esta legitimada para figurar no polo passivo da presente demanda.

Demonstrando mais claramente o **princípio da solidariedade** prevê o Art. 7º, "caput", da lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.628  
89 99974-9436  
fernandoporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Floriano-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 3



DUARTE, CARVALHO, MARTINS,  
OLIVEIRA & PORTO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Art. 7º: A indenização por pessoa vitimada por seu veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um, consorcio constituído, obrigatoriamente, por no seguro objeto dessa Lei.**

Nesse sentido, é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e demais Tribunais Estaduais, *in verbis*:

No mesmo rumo foi o julgamento do REsp nº 323.276/SP, nessas letras:

**"SEGURO OBRIGATÓRIO. Lei 6.194/74. Art. 7º. Veículos identificados. Seguradora não identificada. Ocorrido o fato na vigência da Lei nº 6.194/74, antes de modificada pela Lei nº 8441/92 e anteriormente à formação do consórcio de seguradoras, pode a ação ser proposta contra qualquer empresa de seguro que opere no ramo, em caso de acidente com veículo não identificado. (REsp 207.630/ES, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha) A impossibilidade de identificação da seguradora do veículo em que estava a vítima equipara-se à falta de identificação do veículo para o efeito de aplicar-se a regra do art. 7º da Lei 6.194/74. Recurso conhecido em parte e provido. (4ª Turma, REsp. nº 323.276/SP, Rel. Min. Rosado de Aiar, unânime, DJU de 20.05.2002.)"**

De acordo com a jurisprudência dominante do STJ, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso "(REsp 401.418/MG, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 10/06/2002; REsp 602.165/RJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 13/09/2004; REsp 579.891/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 08/11/2004)."

### 3. DO DIREITO DA OBRIGATORIEDADE E DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

O demandante tem sua pretensão totalmente amparada pela Lei 6.194/1974 e, em particular pelo art. 3º, alínea b, *in litteris*:

"Art 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2 desta Lei compreendem as

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.628  
89 99974-9436  
fernandoporporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Floriano-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 4



indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Artigo alterado pela MP 340/06 e posteriormente pela MP 451/08, transformada na Lei 11.945/09).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte; (Incisos alterados pela MP 340/06, transformada na Lei 11.482/07).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incisos alterados pela MP 340/06, transformada na Lei 11.482/07)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incisos alterados pela MP 340/06, transformada na Lei 11.482/07)."

Portanto, conforme os termos da lei, se não houver dúvida justificável quanto ao nexo de causalidade entre o acidente e as lesões provocadas mediante a simples verificação dos documentos exigidos qualquer outra exigência é ilegal além de desumana.

**Art 5º da Lei 6.194/74:**

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."**

**E, nesse sentido há farto material jurisprudencial inclusive apontando que mesmo que não haja pagamento do referido seguro obrigatório, mesmo assim, persiste o direito do demandante, vítima, de obter a indenização prevista.**

E, com a negação feita pelo Seguradora Lider de não pagamento da indenização levando em consideração o atraso do pagamento do licenciamento, fica claro Excelência que isso não é justificativa, estando pago o licenciamento desde 2016 sendo prova suficiente e cabal para garantir o pagamento da indenização do seguro obrigatório no valor integral.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua Carga, a

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.628  
89 99974-9436  
fernandoporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Florianópolis-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 5



DUARTE, CARVALHO, MARTINS,  
OLIVEIRA & PORTO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Pessoas Transportadas ou Não (Seguro DPVAT), tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa dos acidentes.

Qualquer vítima de acidente envolvendo veículo, inclusive motoristas e passageiros, ou seus beneficiários, podem requerer a indenização do DPVAT. As indenizações são pagas individualmente, não importando quantas vítimas o acidente tenha causado. **O pagamento independe da apuração de culpados. Além disso, mesmo que o veículo não esteja em dia com o DPVAT ou não possa ser identificado, as vítimas ou seus beneficiários têm direito à cobertura.**

Esse é o entendimento da jurisprudência dos  
nosso tribunais:

**AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. INADIMPLENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO POR PARTE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. HIPÓTESE QUE NÃO IMPOSSIBILITA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO.** 1.

Tendo em vista que a Súmula 257, do STJ, não faz menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo/vítima que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT, inviável o acolhimento da tese sustentada pela seguradora, não se aplicando, portanto, o disposto na Resolução CNSP N° 332/2015, mormente por se tratar de norma infralegal que retira direito reconhecido na Lei n° 6.194 /74. 2. É medida imperativa o desproimento do Agravo Interno quando não se fazem presentes, em suas razões, qualquer argumento novo que justifique a modificação da decisão agravada. AGRVO INTERNO CONHECIDO, PORÉM DESPROVIDO. (TJ-GO - APL: 03861186220158090127, Relator: Gustavo Dalul Faria, Data de Julgamento: 26/09/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 26/09/2019).

**APELAÇÃO - SEGURO DPVAT - INDENIZAÇÃO - INADIMPLENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO POR PARTE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO - HIPÓTESE QUE NÃO IMPOSSIBILITA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO - Tendo em vista que a Súmula 257 do STJ não faz qualquer menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo, que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT, inviável o acolhimento da tese sustentada pela seguradora, não se aplicando, portanto, o disposto na Resolução CNSP N° 332/2015, mormente**

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.628  
89 99974-9436  
fernandoporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Floriano-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 6





por se tratar de norma infra legal que retira direito reconhecido na Lei nº 6.194/74 - O direito de regresso a que tem direito a seguradora se refere tão somente ao causador do acidente e não simplesmente a quem estava inadimplente com o seguro (vide art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.194/74), sendo certo que no presente não restou discutida a questão atinente à responsabilidade pelo ora apelado pelo evento danoso, razão pela qual, não há como afastar o pagamento da indenização reconhecida na sentença. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP 10361827220168260562 SP 1036182-72.2016.8.26.0562, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 04/07/2018, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/07/2018).

**Diante dos argumentos supracitados se faz justiça determinando o pagamento do prêmio do seguro ao peticionário.**

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, vem o Requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

a) Designação de audiência conciliatória, como a consequente citação/intimação da requerida para comparecer ao referido ato e, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena das cominações legais;

b) A condenação do requerido a pagar a requerente um quantum a título de **danos morais**, em atenção às condições das partes, principalmente o potencial econômico-social do lesante, a gravidade da lesão em consequência do tempo e sua repercussão e as circunstâncias fáticas em valor não inferior a R\$ 13.000,00 (Treze Mil Reais);

b) Condenar a Seguradora Líder-Ré ao pagamento **indenizatório** referente as despesas medicas no valor correspondente, referente ao **artigo 3º inciso III da Lei 11.482/07.**" mencionado logo acima, ou seja, R\$ 2.700,00 ( Dois Mil e Setecentos reais ).

c) Seja o Ré condenado a pagar o todos os ônus pertinentes à sucumbência, nomeadamente honorários advocatícios, esses de já pleiteados no patamar máximo de 30 %(trinta por cento) sobre o proveito econômico obtido pela Autora ou, não sendo possível mensurá-los, sobre o valor atualizado da causa CPC/2015, art. 85, § 2º.

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.628  
89 99974-9436  
fernandoporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Floriano-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 7





DUARTE, CARVALHO, MARTINS,  
OLIVEIRA & PORTO  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

e) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/15.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, especialmente pela prova testemunhas, depoimento pessoal do reclamado, oitiva de testemunhas, sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.

**Dá-se a, presente causa o valor de R\$ 15.700,00  
(Quinze mil e quatrocentos reais).**

Nesses termos,

Pede deferimento,

Floriano, PI, 02 de Março de 2020.

**DANILLO MARTINS OLIVEIRA**

**Advogado OAB/PI N° 10.594**

Danillo Martins de Oliveira  
Advogado OAB/PI 10.594  
9608  
insdeoliveira@gmail.com

Josandro da Silva Oliveira  
Advogado OAB/PI 17.058  
89 99414-6423  
jossandro@hotmail.com

Fabiano Carvalho  
Advogado OAB/PI 15.494  
89 99983-6634  
fabiano.adv11@gmail.com

Fernando Luis Porto da Rocha  
Advogado OAB/PI 15.828  
89 99974-9436  
fernandoporto@gmail.com

Gilberto Pereira Duarte  
Advogado OAB/PI 3961  
89 99900-3701

Rua João Dantas, 200, Centro, Floriano-PI. CEP: 64.800-680



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 13/03/2020 22:04:27  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031322040502100000008439641>  
Número do documento: 20031322040502100000008439641

Num. 8840988 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: DANILLO MARTINS DE OLIVEIRA - 17/09/2020 11:35:15  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091711330049100000011322550>  
Número do documento: 20091711330049100000011322550

Num. 11963906 - Pág. 8